

Temor pode ser afastado

Yeda Rorato Crusius

O resultado da evolução dos preços médios — -0,93% segundo a Fipe/USP — na primeira quadrissemana de setembro levantou o temor de que poderia estar havendo um movimento de deflação no país. O temor é de que esse resultado fosse fruto de uma redução brutal do nível de atividade, principalmente por estar vindo acompanhado da crise do Banco Econômico e do aumento do desemprego nos principais centros industrializados do país. Chegou a ser lembrado o período de deflação de 1929, quando a maior crise econômica e financeira internacional conhecida da história levou a uma gigantesca queima de ativos e ao desemprego em massa.

Analisados, porém, os principais grupos de produtos e serviços que apresentaram queda dos preços nesse período, o quadro fica mais claro e o temor pode ser afastado. O final de estação reduziu os preços do vestuário e dos calçados, os estoques exorbitantes geraram um verdadeiro processo de leilão no setor de automóveis, despesas pessoais encontraram restrições da demanda restringida pelo aperto do crédito, e os preços da produção agrícola continuaram sua rota de diminuição no atacado face ao grande estoque desses produtos e queda do preço internacional dos mesmos.

Além disso, tanto as últimas medidas do governo de gradual liberação na política de crédito quanto as estimativas de evolução prevista para os preços já em setembro indicam que não está em curso um processo continuado de queima de estoques ou uma generalizada queda de preços, característica de uma deflação. Um indicador potente disso é o concomitante aumento na arrecadação do ICMS de São Paulo, motor da economia brasileira, no mesmo período.

Esses indicadores, acompanhados de um nível elevado de importações, de ingresso de capitais produtivos e financeiros, da redução do volume de cheques devolvidos, da renegociação de dívidas junto a bancos privados e junto a Receita Federal, além do aumento comprovado nos planos de investimento, afastam a possibilidade de um processo de deflação com recessão. Pretende-se investir, compra-se dentro das limitações de uma demanda circunstancialmente reprimida pelo crédito e pela renda disponível.

É inegável que o freio imposto à demanda a partir de abril foi um fator fundamental para anular a tendência à pressão sobre os preços derivada do espetacular crescimento das importações e da demanda agregada no primeiro trimestre do ano. Também é inegável que o ajuste ao período de desinflação

iniciado com o Plano Real, que derrubou a taxa mensal de 45% para a média de 2% ao mês no seu primeiro ano, forçou a um brutal ajustamento nos setores que viviam de prazo para conseguir seus lucros, como o das empresas de *factoring* e do próprio setor financeiro. Boa parte do desemprego, do fechamento de empresas, se deveu a esse ajustamento — que veio acompanhado do ajuste a uma taxa de câmbio valorizada, reduzindo os ganhos de exportação, e à excessiva abertura comercial propiciada pela baixa geral das alíquotas de importação em 1994 e à criação da União Aduaneira ao nível do Mercosul, em 1995, que trouxe uma entrada maciça de produtos agrícolas e industriais concorrentes à produção nacional.

Os custos da abertura e da elevação dos juros, decorrente dos efeitos da crise mexicana no Brasil, têm sido muito altos neste ano. A contínua gestão do Real que garante com a estabilidade dos preços a demanda

das classes mais pobres, entretanto, permite afirmar que está em curso não uma recessão programada ou imposta por um programa de estabilização do estilo argentino ou mexicano — o nosso é diferente nas âncoras utilizadas para a estabilização e no gradualismo da política cambial e — espera-se, agora, também a monetária.

Afinal, entre erros e acertos, tanto do governo na dosagem da abertura da economia ou no aperto do crédito, quanto dos agentes econômicos que vislumbraram a volta

ao crescimento do início do ano como duradouro, o que fica claro é que nossa economia pode viver com preços que variam para cima e para baixo. Com isso não se pode viver como antes, na economia indexada quando tudo sempre subia e gerava lucros aos que podiam viver do prazo e dos ganhos no financeiro. Sem inflação, muitos ganham e alguns perdem.

O crescimento duradouro, entretanto, requer que completemos as reformas que terão um padrão de financiamento estável e menos dependente dos humores da entrada de capitais externos. Em sequência às reformas na ordem econômica, urge que completemos através das reformas administrativa, da previdência, e a tributária, a Reforma do Estado e a conquista das fontes de poupança nacional que permitam uma trajetória estável de crescimento com estabilidade de preços, esta que já sabemos que podemos garantir através de nossas próprias qualidades.

■ Ex-ministra do Planejamento e deputada federal pelo PSDB/RS

*Nossa economia
pode viver
com preços
que variam para
cima e
para baixo*